

Liberdade e poder na trajetória de Michel Foucault

Aruanã Antonio dos Passos

Universidade Estadual de Goiás

Jussara – Goiás – Brasil

aruanaap@yahoo.com.br

Resumo: O tema da liberdade nos últimos escritos de Michel Foucault é amplo e complexo. Busca-se compreender o modo com que Foucault reestrutura sua concepção de poder a fim de buscar as possibilidades de constituição de uma ética capaz de produzir sujeitos livres. Dessa forma realizaremos uma análise nos escritos do “último Foucault” capaz de perceber a inflexão que tornou necessária uma mudança em seu projeto inicial, buscando ainda mapear a problemática enfrentada pelo filósofo e o modo com que ele reestrutura esse projeto. Ainda procuraremos compreender o lugar da liberdade, analisada por Foucault de modo significativo através do “cuidado de si”, e em que medida essa liberdade resulta de novas perspectivas que surgem na sua definição do poder.

Palavras-Chave: Michel Foucault, poder, liberdade.

LOCALIZANDO O PROBLEMA: A QUESTÃO DO PODER¹

A organização social segundo Michel Foucault é regida pelo exercício do Poder. Mas em que consiste esse poder? O primeiro caractere seria de que ele está em toda parte e em nenhuma parte, ou seja, é a sua prática que o constitui enquanto tal. Assim o Poder é normalização e é o conjunto da sociedade que coloca constantemente em ação este mecanismo e que, portanto, produz cada vez mais a separação entre normal e anormal, sadio e patológico, o central e o marginal.

Se observarmos o seu devir constataremos que o doente mental está nas margens porque é a própria sociedade que produz cada vez mais essa fronteira e que cada vez mais busca a dominação dos corpos, a sua

1. Este texto é integrante de pesquisa institucional intitulada: *Totalitarismo e biopoder: figurações da violência em Michel Foucault e Hannah Arendt*. A versão aqui apresentada com algumas modificações foi apresentada no Simpósio Internacional de História (Goiânia - UFG) em 2011.

docilização e a sua eficácia. Assim também a rejeição é produzida e não encontrada ao natural como um elemento do próprio mundo e “uma vez que só pode falar a linguagem da alienação, a psicologia, portanto só é possível na crítica do homem ou na crítica de si mesma” (FOUCAULT, 2005, p.522). Por isso:

Nunca a psicologia poderá dizer a verdade sobre a loucura, já que é esta que detém a verdade da psicologia. E, contudo, uma psicologia da loucura não pode deixar de ir ao essencial, já que se dirige obscuramente para o ponto onde sua própria corrente e encaminha-se para estas regiões onde o homem relaciona-se consigo próprio e inaugura a forma de alienação que o faz tornar-se homo psychologicus. Levada até sua raiz, a psicologia da loucura seria não o domínio da doença mental e consequentemente a possibilidade de seu desaparecimento, mas a destruição da própria psicologia e o reaparecimento desta relação essencial, não psicológica porque não moralizável, que é a relação da razão com a desrazão. (FOUCAULT, 1975, p.85-6)

Há processos de constituição do dentro e do fora, do centro e das margens, por isso, uma investigação como a levada a cabo por Foucault é histórica, ela se volta para o que é efetivamente dito e o efetivamente feito, se volta para as práticas de constituição de um determinado campo de saber. A fenomenologia é levada ao universo da prática. Foucault se volta então para as raízes históricas (sociais e culturais) da doença e da sua constituição enquanto objeto do saber buscando o devir de um processo patológico que não é totalmente autônomo, é social, prático, portanto efetivo. A fenomenologia não podendo dar esse “salto” acaba por encontrar na ontologia a sua maior ferramenta em busca de sustentação e para a fenomenologia a história não é factual. Esse conjunto de afirmações nos leva a uma importante questão colocada pelo próprio Foucault. Que consiste na seguinte indagação: como a doença se tornou um desvio?

Partimos do princípio de que para Foucault os objetos são sempre dados pela prática. Portanto o lugar das ciências humanas e da possibilidade do seu conhecimento só pode se dar historicamente e nesse sentido deve haver a inevitável superação do prejuízo daquilo que está dado, o *antropos*, o homem. Ao questionar a própria existência do homem – enquanto objeto de conhecimento, sendo diferente do homem do renascimento – Foucault questiona não apenas o objeto das ciências humanas, mas a própria possibilidade de existência e afirmação do

conhecimento das chamadas ciências do homem, sendo que esse objeto é a própria objetivação das práticas.

Desse modo é que assumirá importância no projeto foucaultiano de análise das relações que temos com a verdade por meio do saber científico essas relações em que somos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Assim, a necessidade de Foucault de dobrar o procedimento genealógico a uma nova necessidade teórica e política nasce da constatação de que apenas a morte do sujeito é que torna possível uma história efetiva do sujeito de conhecimento (BENATTI, 2000, p.19-20):

a “história efetiva” se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada do homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. (FOUCAULT, 1992, p.27-8)

Não à toa os objetos não são em Foucault constituídos historicamente, porque isso significa no limite voltar a acreditar no objeto, sendo que o sujeito não nasce e se transforma historicamente. Do mesmo modo, a psicologia e todo seu instrumental não podem dizer a verdade sobre a loucura, porque é na relação entre o saber e o objeto que se constituirá de modo tênue a “(...) sua identidade vazia ao longo da história” (FOUCAULT, 1992, p.7).

No entanto, para chegar a tal ponto de inflexão entre o sujeito do conhecimento e o objeto do saber das ciências humanas, Foucault analisou a experiência da psicologia de modo cuidadoso e particular. O ano de 1957 marca um momento importante na análise foucaultiana do saber. Além de sua libertação e negação da ontologia, 1957 delinea a publicação de *Doença Mental e Psicologia*, um prelúdio das reflexões de Foucault que encontraremos na sua tese, *A História da Loucura* (1960). Esse período (os anos 1960) também caracteriza, grosso modo, o momento arqueológico do pensamento foucaultiano.

Mas há no posicionamento arqueológico uma modificação em relação, por exemplo, a uma obra muito criticada e ao mesmo tempo muito importante para a discussão do saber-poder e de um modo geral, da própria possibilidade do conhecimento. Trata-se de *As Palavras e as Coisas* (1966), que altera o estatuto dado à descontinuidade, e a ruptura é instaurada porque o pensamento e o até então impensado, se encontram

no espaço em comum da descontinuidade, no limiar da sua própria temporalidade².

É a quebra entre duas epistêmês, a descontinuidade entre a epistêmê clássica (da representação) e a moderna (da história), que nos demonstra a transformação, uma transformação sobre a ontologia. Em *As Palavras e as Coisas*, há simplesmente a ruptura, o limiar de uma positividade que faz possível um pensamento. O pensamento clássico, onde algo como o homem estava aluído em empiricidades diversas (a vida, o trabalho, a linguagem) e que lhe davam a identidade e a forma, era seu espelho.

Esse período marcado pelo conhecimento através da representação das coisas numa ciência geral da ordem (mathésis) da classificação e da natureza do objeto (matemática, física, astronomia) era o pensamento da gramática geral, da análise das riquezas da história natural: mais que o tempo próprio das coisas que regia o saber era sua ordem. A ruptura, o acontecimento radical na ordem do saber se dá entre os séculos XVIII e XIX, quando a representação das coisas não consegue mais suportar suas temporalidades e o pensamento, deixando de lado a mathésis que o ordenava passa a se voltar a sua própria historicidade. O tempo que atravessa a vida, o labor e a linguagem, faz aparecer um homem que surge da consciência de si. Um homem que não cessou de procurar em sua vida, em seu trabalho e na sua linguagem a origem fundamental de seu ser (dasein), e que, por fim, descobriu-se não o ser a partir do qual ele³.

2. O que abriu espaço para sérias críticas em especial por parte de Jacques Derrida, mas também de Carlo Ginzburg. Este último chegou a considerar que devido a esse espaço vazio do descontínuo, o ponto sobre o qual se sustenta a pesquisa de Foucault não existe, não pode existir. Nas palavras do historiador italiano, "é no irracionalismo estetizante, portanto, que vai desembocar essa linha de pesquisa". In: GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.17.

3. Foucault faz referência mais especificamente sobre essa relação de tempo, sujeito e objeto do saber, em especial, ao momento de mudança no pensamento clássico em que através da "consciência" da finitude é que o homem pode tornar-se objeto e cada vez mais "centro" do saber. Isso ocorre através não mais da leitura de mundo do mundo pelo viés da eternidade, mas agora por uma perspectiva histórica. Assim, "em outros termos, para o pensamento clássico, a finitude como determinação positivamente constituída a partir do infinito explica essas formas negativas que são o corpo, a necessidade, a linguagem, e o conhecimento limitado que deles pode ter (...)", sendo que, "quando os conteúdos empíricos foram desligados da representação e envolveram em si mesmo o princípio de sua existência, então a metafísica do infinito tornou-se inútil; a finitude não cessou mais de remeter a ela própria (da positividade dos conteúdos às limitações do conhecimento, e da positividade limitada deste saber

O pensamento moderno encontrou espaço quando passou a pensar a si próprio em termos históricos. Quando, colocando o tempo como limite do pensável, fez nascer um ser finito: o homem, definido pela finitude das atividades que constituem a sua ação e história: viver, trabalhar e falar (comunicar, compreender, identificar), sendo que “o que a história lhe ensina é que ele [o homem] não é um elemento segmentar dos processos naturais, mas uma atividade espiritual cujas produções depositaram-se sucessivamente no tempo, como atos cristalizados, significações doravante silenciosas” (FOUCAULT, 2006, p.128).

Ora, se a história pode ser observada pelo viés da mudança entre diversas epistêmês, é certo que o sujeito do conhecimento já possui o seu fim, cedo ou tarde, determinado. Abre-se espaço para uma das maiores críticas feitas à Foucault e a essa análise do saber. Ele não esclarece o modo como se passa de uma epistêmê à outra, o que por outro lado não chega a constituir um demérito de grande efeito nessa estrutura geral de observação e análise teórica dos limites e possibilidades do conhecimento das ciências humanas e de suas mais íntimas limitações.

O movimento que fez da história a “rainha” do saber do século XIX é o movimento que permite a Foucault perceber o descontínuo e as epistêmês através do saber e da constituição no seio da psicologia de seu objeto essencial, essa invenção recente: o homem, enquanto objeto de saber das ciências humanas. E é sobre a apropriação da razão sobre a desrazão (psicologia versus loucura), onde a primeira transforma a segunda em patologia que Foucault encontrará as práticas pelas quais em determinado tempo se tornou possível a existência do homem enquanto objeto do saber.

Ou seja, é na arbitrariedade da psicologia em dominar e organizar no espaço-tempo a sua verdade sobre a loucura que o objeto (o louco) pode ser construído. Tomemos o exemplo de Pierre Rivière analisado por Foucault. Rivière, acusado de matar quase toda a sua família no século XIX, escreve na prisão um texto que deixa tanto magistrados quanto psiquiatras em um dilema de julgamento. Ao observar e interpretar o caso, Foucault afirma que

os contemporâneos parecem, pois ter aceito o jogo do próprio Rivière: o assassinato e narrativa do assassinato são consubstanciais. Todos po-

limitado dos conteúdos). Então, todo campo do pensamento ocidental foi invertido”. In: FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, p.436-437.

diam se perguntar se um dos dois era para o outro sinal de loucura ou prova de lucidez; ninguém parecia realmente surpreso que um pequeno camponês normando, mal sabendo ler e escrever tenha podido reforçar seu crime com semelhante narrativa, que este triplo assassinato tenha podido ser entrelaçado com o discurso do assassinato; que, decidindo matar metade de sua família, tenha ele concebido a redação de um texto que não era nem confissão nem defesa, mas antes elemento do crime. Que Rivière, em suma, tenha podido ser de duas maneiras, mas quase que em um único gesto, “autor”. (FOUCAULT, 1982, p.212)

Mas essa relação entre loucura, patologia e o saber das ciências humanas é que interessa a Foucault. Ao se deparar com o parricídio de Rivière, Foucault encontra espaço de descontinuidade na prática e no discurso deste e na relação desses com o saber de seu tempo. Do mesmo modo, podemos agora compreender porque Foucault afirma que

o homem só se tornou uma ‘espécie psicologizável’ a partir do momento em que sua relação com a loucura permitiu uma psicologia, quer dizer, a partir do momento em que sua relação com a loucura foi definida pela dimensão exterior da exclusão e do castigo, e pela dimensão interior da hipoteca moral e da culpa. (FOUCAULT, 1975, p.84-5)

Em outras palavras, o próprio objeto (a loucura)

deve ser liberado da pluralidade dos discursos que o mantém cativo: todos os saberes com pretensão científica, jurídica, médica ou policial são postos na berlinda para melhor se entender a maneira como eles dão origem a essa figura do Outro da Razão. (DOSSE, 2001, p.199)

E é sob esta relação de saber-poder que a psicologia e a psicopatologia tornaram a experiência da loucura uma experiência de confinamento e controle espacial nos finais do século XIX. Ao retorno feito por Foucault às raízes históricas da psicologia subjacente a condição essencial da possibilidade do conhecimento psicológico, ou seja, a sua relação com a loucura. É sob essa relação que a verdade sobre a psicologia da qual se refere Foucault em *Doença Mental* esta na própria loucura.

Esse é o procedimento arqueológico foucaultiano que nos permite ter a sensibilidade de perceber que sobre a aparência discursiva preponderante existem contornos bizarros, silêncios tão poderosos quando o que a desrazão teve de assumir a aproximadamente trezentos anos na história ocidental. Essa é a máscara que a psicologia assume para

poder desviar a razão e a desrazão de sua relação essencial (FOUCAULT, 1975, p.85-6). Nesse aspecto é que se torna inteligível o projeto foucaultiano contido na *História da Loucura*. Em outras palavras, uma

valorização do recalcado, pois a busca da verdade situa-se então no não-dito, nas lacunas, nos silêncios de uma sociedade que se revela no que esconde, e, nesse aspecto, a loucura como objeto é ideal, sendo duplamente assumida por uma antropologia histórica e pela psicanálise. (DOSSE, 2001, p.203)

As últimas linhas escritas na *História da Loucura* denotam a reafirmação contida em *Doença Mental e Psicologia* e que consiste nessa relação entre a psicologia e a loucura, onde é a loucura que detém a essência da psicologia e não o oposto.

Artifício e novo triunfo da loucura: esse mundo que acredita avaliá-la, justificá-la através da psicologia, deve justificar-se diante dela, uma vez que seu esforço e em seus debates ele se mede por obras desmedidas como a de Nietzsche, de Van Gogh, de Artaud. E nele não há nada, especialmente aquilo que ele pode conhecer da loucura, capaz de assegurar-lhe que essas obras da loucura o justificam. (FOUCAULT, 2005, p.530)

O mundo que acredita poder ver a loucura enquanto a negação e até mesmo alienação diante da realidade guarda sob o saber psiquiátrico, psicológico e psicopatológico a inversão mesma dessa ideia. A loucura na modernidade assume nas obras de Nietzsche, Van Gogh e Artaud o próprio “tempo do mundo” que através das questões propostas por essas obras “é obrigado a interrogar-se”, simplesmente porque essa loucura é “a ruptura absoluta da obra” (FOUCAULT, 2005, p.529-530).

É nessa fronteira, nesse limite em que o elemento do patológico da experiência da desrazão se expressa que poderemos perceber claramente a artificialidade da apropriação da psicologia e da forma patológica que esta tenta inculcar na loucura. Desse modo, a patologia da loucura reside muito mais no seu efeito sobre os outros (no corpo social) do que em sua essência:

(...) a loucura se distingue das doenças do corpo pelo fato de que se manifesta uma verdade que não aparece nestas: ela faz surgir um mundo interior de maus intestinos, de perversidade, de sofrimentos e violência que até então estivera adormecido. Ela deixa que apareça

uma profundidade que dá todo seu sentido à liberdade do homem; essa profundidade iluminada pela loucura é a maldade em estado selvagem. (FOUCAULT, 2005, p.513)

Será esta a mesma maldade encontrada na raiva nietzschiana à moral religiosa e nos crimes praticados por Pierre Rivière⁴? Será essa a característica fundamental que eleva o ato esquizofrênico (de um modo geral patológico) na própria efetividade da verdade do e sobre o homem? Por certo que a loucura na epistêmê da Idade Clássica assumiu caráter patológico, em muito porque o próprio corpo era considerado remédio da loucura (FOUCAULT, 2005, p.302).

As ciências humanas assumem nesse status quo um lugar central e privilegiado para Foucault. É através de toda experiência da loucura que a “virada” epistemológica se tornou possível e o homem foi colocado no centro do saber e o conhecimento encerrado em suas vísceras numa negação incondicional da metafísica já velha e cansada. Mas na experiência de silenciamento e ocultação da linguagem da loucura, nessa sobreposição intencional efetivada pelo saber, nesse desejo de controle e domínio da loucura (e daí então a sua caracterização enquanto patologia), as questões que Foucault se propôs ainda conservam todo o seu poder. Afinal, “qual é, então, esse poder que petrifica os que uma vez encararam-no de frente, e que condena à loucura todos os que tentaram a provação do Desatino?” (FOUCAULT, 2005, p.350).

É na efetividade de uma psicologia da loucura que encontraremos o fim mesmo da psicologia; e donde novamente a razão e a desrazão poderão encara-se de frente e sem máscaras e assim talvez reavivar novamente a verdade e liberdade que há pouco mais de um século e meio ainda lançavam luz sobre o homem. E “se fosse justamente a loucura (...) que tivesse trazido as maiores bênçãos sobre a Hélade?” (NIETZSCHE, 2003, p.17-8). Nos intriga imaginar que a psicologia talvez não tenha se defrontado com tal questão, ao mesmo tempo atual e muito perigosa.

4. Ao se referir a moral insanity formulada pelos ingleses após Prichard (1835), Foucault analisa esse “tipo” de louco, sendo que, “(...) essa loucura tão secreta só existe porque explode na objetividade: violência, desencadeamento dos gestos, As vezes ato assassino”. In: FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Op. cit. p.517.

SABER-PODER: DA HISTÓRIA DA LOUCURA À HISTÓRIA DA SEXUALIDADE

Com a História da Loucura já percebemos no pensamento de Foucault a preocupação arqueológica de quebra com um silêncio instituído. É através da compreensão dessa grande epistêmê da Idade Clássica que encontramos a arqueologia foucaultiana exposta de modo visceral. Vimos anteriormente as grandes linhas que orientam a concepção arendtiana de história (desinteresse por uma obra sistemática, a história como teia das ações humanas, história não retilínea e não unidirecional construída por eventos singulares que estabelecem rupturas etc.). Em Foucault encontramos várias semelhanças com essa concepção de história: também desinteresse por uma obra sistêmica, atenção voltada para o descontínuo e para as rupturas, reflexão em torno de problemas específicos (poder, violência, saber) e não para a descrição/narração daquilo que “efetivamente aconteceu” no passado.

Neste sentido *Les Mots et les Choses* (escrita antes da Arqueologia do Saber), já preconizava esses pressupostos. Com um título extremamente irônico (*As Palavras e as Coisas*), a distância entre práticas e discursos é clara. Até então, as ciências haviam construído um saber que se distanciava muitas vezes das práticas. Ou seja, esses saberes já andavam perturbados por fatores que já não lhe davam legitimidade. Não à toa muitos críticos consideraram Foucault positivista, ou até mesmo defensor da historiografia mais tradicional europeia e a de menor credibilidade. Porém, o que nos basta compreender por hora é que essa distância entre os saberes, todos os seus problemas epistemológicos e esse objeto “inventado” (o homem, o sujeito), construído existe e modifica substancialmente nosso entendimento de construção de qualquer conhecimento e sua validade dentro das ciências humanas.

Estava posta em questão a própria racionalidade dessa ditas “ciências humanas”, incluindo especialmente a própria história. Ao contrário, “ele assalta a história para questionar profundamente os objetos, os métodos, a disciplina, numa palavra, a racionalidade do discurso dos historiadores” (BENATTI, 2000, p.19-20). Neste sentido tem razão Roberto Machado em colocar em seu devido lugar o fato de que:

A questão do poder não é o mais velho desafio formulado pelas análises de Foucault. Surgiu em determinado momento de suas pesquisas,

assinalando uma reformulação de objetivos teóricos e políticos que, se não estavam ausentes dos primeiros livros, ao menos não eram explicitamente colocados, complementando o exercício de uma arqueologia do saber pelo projeto de uma genealogia do poder. (MACHADO, 1992)

Eis aí uma transposição fundamental: a da arqueologia para a genealogia do poder. Genealogia esta tomada de empréstimo do pensamento nietzschiano. Claro está que Foucault caracteriza o poder não como uma “entidade” superior e externa aos homens que se efetiva a partir de um lugar bem identificável. Ao contrário, para o pensador francês, “o poder não é um ser, ‘alguma coisa que se adquire, se torna ou se divide, algo que se deixa escapar’. É o nome atribuído ao conjunto de relações que formigam por toda a parte na espessura do corpo social (...)” (LEBRUN, 1985, p.20). Ele está em toda parte e em nenhuma parte. Ou seja, apenas podemos vê-lo nas práticas efetivadas nas diversas relações em sociedade. E nestas relações de poder não existe “oposição binária entre dominantes e dominados” (LEBRUN, 1985, p.20), os efeitos de poder fluem através da normalização e disciplinarização da sociedade para além das leis instituídas pelo corpo jurídico.

Assim “o poder, na verdade, não se exerce sem que custe alguma coisa”, o que o caracteriza enquanto lugar de poder transitante pelos mais diversificados interesses e causas em uma sociedade qualquer. Já na *História da Sexualidade* encontramos um “último” Foucault. Não apenas o Foucault dos processos de subjetivação, mas o Foucault do poder genealógico.

Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. (...) Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias de sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 2006, p.102)

Deduzem-se disto consequências imediatas para a história. A primeira, e talvez mais séria, é de que o saber sobre o passado não pode mais se fundamentar sobre bases, modelos, matrizes interpretativas que buscam no passado causas, linearidades, generalizações totalizantes em nome de uma “visão de síntese”, ou “história geral”. A história já não pode ser vista como processo, mas como uma trama de processos. Exemplo disso é o próprio exercício do poder afirmado por Foucault e já discutido anteriormente.

A história-saber se constitui e se legitima em muito por essa prática do poder, formando-se enquanto um saber-poder que chega a ser parte de um poder de maior efeito, o biopoder. Conceito complexo enunciado na *História da Sexualidade* e em algumas aulas do Collège de France que pode se caracterizar como poder sobre a vida e as populações e que para além de normalizá-la já a constitui e disciplina, encontra-se quase que naturalizada. Daí a importância de uma opinião pública já que em muito ela “influiu na evolução histórica, no acontecimento” (BECKER, 2002).

Nítida se apresenta essa relação entre uma opinião pública enquanto lugar de exercício de poder e ao mesmo tempo influência constitutiva da história-passado e da história-saber. Dessa forma essa opinião pública se efetiva, em muito, como lugar de percepção das sensibilidades de uma determinada época. E a contribuição de Foucault neste sentido é de que talvez essa sensibilidade tenha mais de poder do que de sensibilidade. Opinião pública enquanto um olho do poder, um termômetro do pensamento e construção de discursividades para algo e não apenas espelhos do tempo passado.

Assim como o poder pode ser encontrado na arquitetura dos hospitais, das prisões, das escolas, eles se efetivam como lugares expressivos de poder, mas não o poder, a repressão, a violência em si e necessariamente. Desta forma, *Vigiar e Punir* adere a essa perspectiva: a análise do panóptico, dos exercícios sobre os corpos, na constituição e prática de uma disciplina institucional que se fez “aos poucos”, e substituiu uma tecnologia de violência por uma tecnologia disciplinada.

Pelo mesmo viés e anterior a *Vigiar e Punir* encontramos *O Nascimento da Clínica* onde Foucault buscou um entendimento de um saber sobre os corpos, um saber também disciplinarizante, moralizante, extenuante. Assim, a medicina e o nascimento do seu lugar de poder não

se encerrou em suas paredes, mas caminha pelos corpos onde quer que estes estejam. Entende-se nas palavras de Foucault que “este livro trata do espaço, da linguagem e da morte; trata do olhar” (FOUCAULT, 1980, p.VII), em suma, das práticas que constituem um saber e de como essas práticas podem ser apreendidas pelo espaço, linguagem, morte e olhar.

De forma mais geral as obras de Foucault que se remetem ao poder exploram “as modalidades segundo as quais o homem ocidental constitui-se em objeto de conhecimento num campo de poderes ou com relação com uma ‘vontade de saber’ moral” (REVEL, 1993, p.339). Neste sentido podemos incitar um pequeno exercício ilustrativo. Charles-Olivier Carbonell em pequeno artigo (CARBONELL, 1984, p.177-188) traça algumas possibilidades de reflexão do passado através do clássico *1984* de George Orwell. Em muito a história de Orwell, escrita em 1948 retrata ficcionalmente os regimes totalitários do século XX. Neste sentido, a história e a memória assumem conotação participante de constituição de um ambiente repressivo. Segundo Carbonell o romance nos chama atenção para uma manipulação da história pela história. A legitimação do poder político (“oficial”) e a aparelhagem repressiva deste sistema se encontra com o saber-poder (a história) que se efetiva enquanto meio para a construção de uma memória a ser esquecida, principalmente pelo embate entre a memória individual e a memória coletiva.

Para que o poder consiga seu objetivo de “manipular memórias” e homens é extremamente importante que a história se estabeleça enquanto caminho de saber para uma constituição de um rebanho de homens em constante combate consigo mesmo. Não sem propósito Carbonell identifica no romance uma memória desfeita e uma memória fabricada (CARBONELL, 1984, p.177-8), onde “o ‘método’ do verdadeiro gera o não-pensamento e, por conseguinte, a não-história. A consciência da impotência para distinguir o verdadeiro do falso acaba por provocar a inconsciência do sujeito e sua transformação em objeto” (CARBONELL, 1984, p.188).

O homem objeto de um sistema totalizante, que não consegue compreender e nem encontrar saída - bem ao estilo de Kafka - identificado por Carbonell em 1984 constitui o mesmo sistema de poder que faz história-saber, memória coletiva, individual e sujeito, atores da mesma microfísica angustiante dos sistemas totalitários em nome da

irracionalidade estetizante de um nazismo, por exemplo. Aos termos foucaultianos o saber-poder se efetiva através de mecanismos muito mais complexos do que os até então fixados pelas teorias sociais e jurídicas e 1984 é exemplar nesse sentido.

Uma ficção que estabelece um futuro obscuro contextualizado por uma participação estéril das massas e a total sujeição do homem a um sistema que sobrepõe as suas forças por completo. Alterando o próprio estatuto das ciências humanas e da construção do conhecimento através do saber-poder, Foucault demonstrou as fragilidades e especificidades de um saber construído por séculos através de relações até então ignoradas.

Para além de sua teoria do poder e de sua delimitação das relações desse poder em sociedade e alterando a própria concepção de poder o pensador francês produziu um efeito que superou o estatuto de “moda passageira” demonstrando que realmente o pensamento serve para cortar e não compreender (FOUCAULT, 1992, p.27-8).

Por outro lado e para além de objetos inauditos Foucault aprendeu bem com Nietzsche de que para fazer-se grande é necessário que não se perca tempo com problemas que não são realmente problemas. Dessa forma, e não poderia ser diferente, Foucault acabou acusado de ser apenas mais um seguindo a corrente dos Annales. Tanto é que Robert Mandrou e Fernand Braudel lhe saudaram (REVEL, 1993, p.339) após o lançamento da *Histoire de la folie* tida como obra exemplar do “modelo” da escola.

Porém a receptividade ao seu pensamento começou por se efetivar em sua resposta: uma série de obras que assaltaram a história para lhe questionar os pressupostos mais imóveis, as certezas absolutas, os métodos, os temas. Tudo se efetivou num jogo meta-dialético onde descontínuo-contínuo estabeleceram o aparente condicionamento de uma inevitável repressão de corpos, sangue e energia em um sistema vertiginoso e absurdo.

Para tanto, o debruçar-se de Foucault sobre os processos de subjetivação nos demonstram claramente que o olho do poder deve nos servir enquanto mecanismo agravante para uma estética subjetiva; para além de qualquer individualismo narcíseo e que nos permita superar nossos limites em nome de um outro jogo, talvez sem regras, talvez sem donos, talvez, aquilo que Deleuze chamou de linhas de fuga possa nos mostrar esse caminho. Que seja dado o ultimatum:

vocês podem continuar a explicar a história como sempre fizeram: somente, atenção: se observarem com exatidão, despojando os esboços, verificarão que existem mais coisas que devem ser explicadas do que vocês pensam; existem contornos bizarros que não eram percebidos⁵.

A INFLEXÃO NO “ÚLTIMO” FOUCAULT

Já é lugar comum afirmar que há uma mudança fundamental no chamado “último” Foucault (da subjetivação) e uma mudança no percurso de seu projeto em torno de uma História da Sexualidade é a grande marca desta inflexão ou dobra, como indica Deleuze (DELEUZE, 2006, p.33). No entanto, para chegar a tal ponto de inflexão, certo número de problemas foram colocados, não apenas por críticos de Foucault, mas por ele próprio a tal projeto.

Um deslocamento teórico me pareceu necessário para analisar o que frequentemente era designado como progresso dos conhecimentos: ele me levava a interrogar-me sobre as formas de práticas discursivas que articulavam o saber. E foi preciso também um deslocamento teórico para analisar o que frequentemente se descreve como manifestações do “poder”: ele me levava a interrogar-me sobretudo sobre as relações múltiplas, as estratégias abertas e as técnicas racionais que articulam o exercício dos poderes. Parecia agora que seria preciso empreender um terceiro deslocamento a fim de analisar o que é designado como “o sujeito”: convinha pesquisar quais são as formas e as modalidades da relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito. (FOUCAULT, 1984)

Inicialmente a proposta da História da Sexualidade era uma análise da experiência da sexualidade e o modo com que os sujeitos se reconhecem como possuidores de uma “sexualidade”. Buscaria analisar então a verdade sobre o sujeito contida no “sexo”. Foucault procede com uma crítica da sexualidade moderna, profundamente demarcada por uma série de saberes científicos que se apropriam desta. Assim:

(...) a sexualidade não é uma pulsão instintiva, mas um dispositivo histórico que atende à demanda de uma verdade confessada localizável

5. Paul Veyne citando um suposto recado de Foucault aos historiadores. In: VEYNE, Paul. *Como se escreve a história / Foucault revoluciona a história*. 4.ed. Brasília: Editora da UnB, 1998. p.252.

nos discursos médicos, na psicopedagogia, na psicologia clínica, nos discursos psicanalíticos, na abundante literatura de autoajuda. (ARAÚJO, 2001, p.119)

Ou seja, todos esses saberes e discursos são responsáveis pela objetivação dos sujeitos, pela sua dominação, disciplinarização e produção de uma verdade sobre os indivíduos. A história-saber se constitui e se legitima em muito por essa prática do poder, formando-se enquanto um saber-poder que chega a ser parte de um poder de maior efeito, o biopoder. Conceito complexo enunciado n'*A vontade de Saber* e que pode se caracterizar, grosso modo, como:

(...) administração dos corpos e gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. (FOUCAULT, 2006, p.152)

Aparentemente, *A vontade de saber* (1976), primeiro volume da *História da Sexualidade*, demarca certa continuidade nas análises do poder realizadas por Foucault em *Vigiar e Punir* (1975) e em diversos cursos no Collège de France⁶, apesar de uma mudança inicial já ser ensaiada. De um modo amplo, temos que a organização social segundo Foucault é regida pelo exercício do Poder. Mas, em que consiste esse poder? O primeiro caractere seria de que ele está em toda parte e em nenhuma parte, ou seja, é a sua prática que o constitui enquanto tal. Assim, “o” Poder é normalização, e a sua contrapartida reside no fato de que é o conjunto da sociedade que coloca constantemente em ação este mecanismo e que, portanto, produz a separação entre normal e anormal, sadio e patológico, o central e o marginal.

Desse modo é que assumirá importância no projeto foucaultiano de análise as relações que temos com a verdade por meio do saber científico, nessas relações em que somos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Assim, a necessidade de Foucault de dobrar (inflexão) o procedimento genealógico a uma nova necessidade teórica e política nasce da constata-

6. Dentre eles: *Segurança, território, população* (1977-1978); *Nascimento da biopolítica* (1978-1979); *A Hermenêutica do Sujeito* (1981-1982).

ção de que “talvez ele tenha percebido um certo equívoco (...) não estava ele preso nas relações de poder?” (DELEUZE, 2006, p.101).

Claro está que Foucault caracteriza o poder não como uma “entidade” superior e externa aos homens que se efetiva a partir de um lugar identificável. Ao contrário, para o pensador francês, “o poder não é um ser, ‘alguma coisa que se adquire, se torna ou se divide, algo que se deixa escapar’. É o nome atribuído ao conjunto de relações que formigam por toda a parte na espessura do corpo social (...)” (LEBRUN, 1985, p.20). Ele está em toda parte e em nenhuma parte. Ou seja, apenas podemos vê-lo nas práticas efetivadas nas diversas relações em sociedade. E nestas relações de poder não existe “oposição binária entre dominantes e dominados” (LEBRUN, 1985, p.20), os efeitos de poder fluem através da normalização e disciplinarização da sociedade para além das leis instituídas pelo corpo jurídico (aparelho de Estado). Nem repressão, nem ideologia. Assim, “o poder, na verdade, não se exerce sem que custe alguma coisa”, o que o caracteriza enquanto poder transitante pelos mais diversificados interesses e causas em sociedade.

No entanto, como observa Roberto Machado: “A questão do poder não é o mais velho desafio formulado pelas análises de Foucault. Surgiu em determinado momento de suas pesquisas, assinalando uma reformulação de objetivos teóricos e políticos (...)” (MACHADO, 1992). Já na História da Sexualidade encontramos o chamado “último” Foucault. Não apenas o Foucault dos processos de subjetivação, mas o Foucault do poder e seu confronto/contestação/resistência na constituição de sujeitos livre e éticos.

Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. (...) Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias de sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 2006, p.102)

De forma mais geral as obras de Foucault que se remetem ao poder exploram “as modalidades segundo as quais o homem ocidental constitui-se em objeto de conhecimento num campo de poderes ou com relação com uma ‘vontade de saber’ moral” (REVEL, 1993, p.339). Na inflexão do último Foucault o sujeito passa a ter um lugar extremamente importante, não mais a posição de sujeito-objeto da analítica do poder com todas as modalidades de regras e controles exteriores a ele próprio: disciplinarização, segregação, classificação, ordenação, distribuição, doutrina⁷ etc. A liberdade se tornará possível através de uma ética do indivíduo capaz de produzir mudança social, cultural, numa ação política de intervenção no/do poder.

SUJEITO E PODER: UMA QUESTÃO ÉTICA EM NOME DA LIBERDADE?

O movimento que desloca o trajeto de seu estudo da constituição da “verdade” sobre os sujeitos e de sua relação com o poder demarca, juntamente com o silêncio de oito anos de distância entre o primeiro e o segundo volume da História da Sexualidade, um período de reelaboração de método, de um deslocamento teórico (que aqui chamamos de inflexão), que modifica até mesmo o tema de pesquisa: do mundo moderno para a antiguidade clássica.

Foucault emerge no segundo e terceiro volumes da História da Sexualidade numa série de análises em torno de dispositivos específicos que seriam constituintes de atos de liberdade guiados por uma ética que seria capaz de contestar o poder que deseja a sujeição e individualização.

Dentre os temas abordados por Foucault destacamos: a apherodisia como campo de cuidado moral dos prazeres com o objetivo de “circunscrever a que estrutura a experiência moral dos prazeres sexuais – sua ontologia, sua deontologia, sua ascética e sua teleologia” (FOUCAULT, 1984, p.37), pertenceriam. Foucault não perde de vista uma questão fulcral: as relações entre poder, verdade e si⁸, chegando a afirmar que

7. Tais procedimentos são definidos de modo especial n’A *Ordem do discurso* (aula inaugural no Collège de France – 1970) mesmo se referindo ao nível dos discursos.

8. “O que tenho estudado são três problemas tradicionais: 1) quais são as relações que temos com a verdade por meio do saber científico, quais são nossas relações com esses “jogos de verdade” que são tão importantes na civilização e nos quais somos, ao mesmo tempo, sujeito e objeto? 2) quais são as relações que estabelecemos com

a negatividade ética por excelência dos gregos era o de ser passivo em relação aos prazeres, desse modo, a “liberdade-poder que caracteriza o modo de ser do homem temperante não pode conceber-se sem uma relação com a verdade” (FOUCAULT, 1984, p.79). Eis o exercício ético profundamente relacionado com uma consciência ética constitutiva do sujeito e pré-condição de sua subjetivação, mas “o que seriam atos éticos? Nada mais que a prática refletida da liberdade” (ARAÚJO, 2001, p.122), e que não pode ser dissociada das relações de poder – o que Foucault chama de “instituições prescritivas” – que interferem nas formas de elaboração do “trabalho ético que se efetua sobre si mesmo, não somente para tornar seu próprio comportamento conforme a regra dada, mas também para tentar transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta” (FOUCAULT, 1984, p.27-8).

O que Foucault demonstra veementemente, através da moral em torno dos prazeres, é que a liberdade é antes uma questão ética do que simplesmente uma construção histórica ou política. A liberdade dos indivíduos para consigo mesmo, aos olhos de Foucault, é condição necessária à felicidade e a própria ordenação da polis. Por isso ele fala em uma “dietética” dos prazeres por parte dos gregos, a questão é de regime e não de terapêutica ou norma, é a vitória da opção ética reflexiva. Eis o exemplo dado por Foucault: Os homens gregos podiam procurar rapazes fora do casamento, “mas os filósofos conceberam e edificaram, a esse respeito, uma moral da abstenção” (FOUCAULT, 1984, p.89) para a temperança na constituição do senhor de si:

para não ser excessivo e não fazer violência, para escapar à dupla constituída pela autoridade tirânica (sobre os outros) e pela alma tiranizada (por seus próprios desejos), o exercício do poder político exigirá como seu próprio princípio de regulação interna o poder sobre si. (FOUCAULT, 1984, p.201)

Outras reflexões são feitas por Foucault na compreensão global da *aphrodisia*: como o papel do casamento, a sua constituição enquanto problema e um problema moral dos “homens livres” num poder que

os outros por meio dessas estranhas estratégias e relações de poder? Por fim, 3) quais são as relações entre verdade, poder e si?” In: Verdade, Poder e Si – Entrevista a R. Martin, Universidade de Vermont, 25 de outubro de 1982. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/verite.html>. Acesso: 21/12/2006.

se exerce sobre si e neste caso sobre outros (a esposa, os filhos), o lugar dos rapazes enquanto objetos do prazer: “após a relação com o corpo e com a saúde, após a relação com o rapaz, sua liberdade e sua virilidade, focalizadas como motivos de problematização da atividade sexual” (FOUCAULT, 1984, p.75), Foucault disserta sobre o uso dos prazeres e o acesso à verdade, “sob a forma de uma interrogação sobre o que deve ser o verdadeiro amor” (FOUCAULT, 1984, p.201).

O que Foucault demonstra, por fim, é o modo com que os gregos se interrogaram sobre o sexo sob uma perspectiva moral e como essa reflexão constituiu “artes de viver”, de “usar os prazeres”, numa economia e numa dietética do sexo, ou seja, o caminho do pensamento foucaultiano estabelece o comportamento sexual intrincado com uma prática moral de “atos de prazer que se referem a um campo agonístico de forças difíceis de serem dominadas” (FOUCAULT, 1984, p.218).

O volume três demarca inicialmente a continuação das análises sobre a experiência moral dos aphrodisia, agora com Artemidoro e sua obra *A Chave dos sonhos*, demarcando ainda no século II a preocupação com os prazeres mesmo que a obra não formule uma ética em torno deles, e ainda demonstre, nas palavras de Foucault, “desconfiança” e “reprovações”. A reflexão de maior impacto do livro três gira em torno da cultura de si, definida por Foucault através do “fato de que a arte da existência – a *techne* tou biou sob as suas diferentes formas – nela encontra dominada pelo princípio do cuidado de si que fundamenta a necessidade, como o seu desenvolvimento e organiza sua prática” (FOUCAULT, 1985, p.49)⁹ que lentamente dá forma a uma arte de viver com práticas sociais, procedimentos, receitas, diálogos.

Serve de base inicial a essas considerações *O Alcebiades* e a *Apologia de Sócrates* de Platão, nos quais Foucault afirma o extravasamento do “cuida-te a ti mesmo” socrático para a constituição de uma “cultura de si”, nas palavras do próprio Foucault. Além de Platão, Sêneca, Epíteto, Marco Aurélio, Plínio, Plutarco, Xenofonte, Galeno e outros pensadores utilizados por Foucault que fundamentam sua reflexão sobre o desenvolvimento da cultura de si e o caminho que ela toma através

9. Tema também desenvolvido no curso *A hermenêutica do sujeito* (1981-1982), e publicado com o mesmo título. O curso, de modo geral, apresenta uma estrutura das práticas em torno da *parrhesia* (o dizer a verdade) epicurista até as práticas cristãs, onde o cuidado de si também possui um lugar central nas discussões foucaultianas.

da posição assumida pela verdade, pelo conhecer-se, pela lei e o mal (FOUCAULT, 1985, p.72-3).

Foucault se refere a esse caminho “novo” da cultura de si como uma inflexão ética dos prazeres, motivados por duas razões principais: mudança na prática do matrimônio (que invade a esfera pública, transbordando o quadro da família) e modificações no jogo político (devido em muito ao declínio das cidades-estados e seus efeitos):

enquanto a ética antiga implicava uma articulação bem estreita e o poder sobre os outros e, portanto, devia referir-se a uma estética da vida em conformidade com o status, as novas regras do jogo político tornam mais difícil a definição das relações entre o que se é, o que se pode fazer e o que se é obrigado a realizar; a constituição de si mesmo enquanto sujeito ético de suas próprias ações torna-se mais problemática”. (FOUCAULT, 1985, p.77)

E o fato que mais nos interessa aqui, por hora, é justamente o papel que o poder passa a exercer nesse novo jogo político helenístico e romano, e a sua interferência na cultura de si. Foucault delimita três importantes transformações políticas fundamentais.

A primeira ele chama de relativização que ocorre de duas maneiras: o exercer um cargo de poder por “obrigação” por não considerar que seu status torne o seu exercício natural (FOUCAULT, 1985, p.93). A segunda a “atividade política e o ator moral”, que parte do princípio pelo qual o pensamento filosófico político grego entendia que “uma cidade só poderia ser feliz e bem governada com a condição de seus chefes serem virtuosos” (FOUCAULT, 1985, p.95). Essa questão é de extrema importância porque “a racionalidade do governo dos outros é a mesma que a racionalidade do governo de si próprio” (FOUCAULT, 1985, p.95-6), ou seja, o problema do governo de si e dos outros.

E por fim, a terceira transformação se caracteriza como a relação entre o destino pessoal e o exercício da atividade política: é o tema da fortuna, o papel da dependência em relação aos outros (elemento característico do Império Romano: as intrigas, traições, subversões, ambições, pretensões e desejos ao poder não são necessariamente localizáveis, é toda uma rede de relações que se estabelece).

O que todo este percurso que tentamos brevemente traçar nos demonstra, é que o cuidado de si foi um problema trabalhado a todo instante pelos antigos, e não apenas em seu viés ético, também num

sentido político. Daí a sua relação com o poder, e mais, outro “poder” que não apenas aquele visualizado na analítica do poder, justamente porque Foucault entende que as práticas éticas são práticas de liberdade (FOUCAULT, 1985, p.95-6). É dessa maneira que o objeto central da *História da Sexualidade* tornar-se-á “o cuidado de si”, porque a sua compreensão envolve o entendimento foucaultiano em torno das possibilidades de liberdade, fuga ou superação ao poder, inerentes a tal relacionamento.

Por fim, o projeto inicial da *História da Sexualidade* embasado na emergência de discursos sobre o sexo no campo das relações de poder, mesmo se consideramos que o poder não é a questão central, mais sim o sujeito¹⁰ (pelo menos após a reformulação do projeto), é inegável que as questões em torno do poder interferem nesse projeto e estabelecem outra relação com a subjetivação e a liberdade na constituição do sujeito.

E se consideramos que “Foucault inventa uma filosofia não de fundação mas de risco; uma filosofia que é a interminável questão da liberdade” (RAJCHMAN, 1987, p.106), analisar a coragem do pensamento diante do risco (risco da mudança, da cobrança, da crítica, risco do excesso e vertigem) em nome da liberdade, constitui uma tarefa mais que urgente, uma tarefa singular e crítica frente aos desafios que nos são impostos pelo presente.

FREEDOM AND POWER IN THE PATH OF MICHEL FOUCAULT

Abstract: The theme of liberty in the later writings of Michel Foucault is broad and complex. We seek to understand the way that Foucault restructures its conception of power in order to seek possibilities for establishment of an ethics capable of producing free subjects. Therefore we will carry out an analysis on the writings of “last Foucault” able to perceive the intonation that made necessary a change in its initial project, aiming to map the problem still faced by the philosopher and the way it restructures the project. Also try to understand the place of freedom, Foucault analyzed by significantly through “self care” and to what extent his freedom results from new perspectives that arise in their definition of power.

Key- Words: Michel Foucault, power, liberty.

10. “Era, portanto, necessário estender as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos usá-la ao estudar a objetivação do sujeito”. FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica* (Para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense, 1995, p.232.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.
- BECKER, Jean-Jacques. A Opinião Pública. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2. ed. FGV editora, 2002.
- BENATTI, Antonio Paulo. *Foucault e a história*. Espaço Plural. Ano II, n. 6. Marechal Cândido Rondon, novembro de 2000.
- BENATTI, Antonio Paulo. *Foucault e a história*. In: Espaço Plural, ano II, n. 06, novembro de 2000.
- CARBONELL, Charles-Olivier. O Passado na profecia orwelliana. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, 5(9), dezembro de 1984, p.177-188.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DOSSE, François. Michel Foucault, estruturalismo e pós-estruturalismo. In: *A História à prova do tempo*. São Paulo: Edusc, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O Nascimento da Tragédia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica* (Para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história". In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos I. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Doença Mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha Mãe, Minha Irmã e meu Irmão*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p.152.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3: O cuidado de si*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche a genealogia e a história. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: graal, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEBRUN, Gérard. *O que é Poder*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do Poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

RAJCHMAN, John. *Foucault: a liberdade da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

REVEL, Jacques. Foucault. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

TOUREINE, Alain. *Crítica da modernidade*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história / Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

SOBRE O AUTOR

Aruanã Antônio dos Passos – Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás e professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás.

Recebido para publicação em 11/05/12

Aceito para publicação em 28/07/12